

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

OS PELOURINHOS PORTUGUESES. O SEU PERFIL HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ETNOGRÁFICO-FOLCLÓRICO.

CHAVES, Luís

Ano: 1948 | Número: 58

Como citar este documento:

CHAVES, Luís, Os Pelourinhos Portugueses. O seu perfil histórico, artístico e etnográfico-folclórico. *Revista de Guimarães*, 58 (3-4) Jul.-Dez. 1948, p. 202-224.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Os Pelourinhos portugueses

O seu perfil histórico, artístico e etnográfico-folclórico

*«...os almotações maiores devem a
fazer justiça, e a justiça ponheremno no
pelourinho...»*

(Dos Costumes de Santarém).

*«...e pela terceyra veez seja empi-
cotado...»*

(Doc. de Évora, séc. XVI).

*«...os almotações maiores devem fa-
zer justiça, a qual consiste em polo o
delinquente no pelourinho...»*

(Dos Costumes de Beja).

*«...todo o carnicheiro que tiver falso
pezo, que peyte sescenta soldos e ponhão no
na picota...»*

(Das Posturas da Câmara e
Cabido da Sé de Viseu).

1 — Há uns anos para cá, desfez-se mais, se não de todo, a lenda negra e sinistra dos pelourinhos e picotas. O pelourinho andava confundido com a força e vice-versa.

Compreendeu-se, justificadamente, que pelourinho e força foram instrumentos penais diferentes. As penas que se executavam neles, sendo eles diferenciados, eram também diferenciadas. Na força morriam os condenados à morte. No pelourinho não se matava ninguém.

Podia ir-se, e ia-se frequentemente, como se observa nos Costumes e na História, do pelourinho para a força: era então exposto o condenado; subia os degraus do pelourinho, para execração do criminoso e repulsão do crime. O pelourinho era dentro da povoação, e todos os habitantes o tinham por salvaguarda pessoal e colectiva dos seus interesses e regalias.

A forca ficava de fora; o local afugentava como cemitério do crime.

Num exemplo à mão — os *Costumes de Santarém*, logo de entrada mencionados à maneira de cartaz — estabelece-se que os almotacés façam justiça aos culpados de «peso falso, ou de medida falsa», qual era de «ponheremno no pelourinho, e fazeremlhy contar de cima çinco soldos para o conçelho» (1). Outro: as *Posturas de Viseu* determinavam que «toda a pa-deira que fezer pam, que nom seja de pezo tal, qual os Almotacees mandarem, peyte cinco soldos, e po-nhãona na picota».

Assim foi, pela Idade Média fora. A' vila, e con-celho, competia montar forca, picota e tronco. Por isso, D João II, em 1496, «teve por bem, que a Villa de Val de Prados, tivesse Forca, Picota e Tronco; sem por isso viliar, e deshonnar a Villa de Bragança; pois os moradores daquella erão isentos, e Villa sobre si» (2). Isto é, porque Val de Prados passava a ser vila, com os seus direitos e regalias, tinha de possuir os meios de exercer justiça por si. Permitiu-lhos o Rei, sem que por isso Bragança ficasse envilecida, afrontada ou caída em desonra.

Quando em 1585 as autoridades judiciais, acompanhadas de forte escolta de soldados espanhóis, prenderam o nobre eremitão, noviço arrábido, de S. Julião, o «Rei da Ericeira», conduziram-no a Lisboa, levaram-no ao pelourinho, onde o expuseram ao público, e lhe deceparam a mão direita, por ter assinado provisões e alvarás, falsos, como falso D. Sebastião. Feito isto, foi expiar na forca o nefando crime de que o inculparam. O corpo foi esquartejado, a cabeça ficou por um mês na forca, e os quartos foram arrastados pela cidade (3).

E' bem certo o que diz Rebelo da Costa na *Descripção Topographica e Historica da Cidade do*

(1) *Ineditos da Historia*, Vol. IV, pág. 575.

(2) Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez*, em «Pelourinho».

(3) Pedro Afonso, lavrador abastado, que foi comandante dos centos de homens, que seguiram o improvisado monarca, e lhe deu em casamento a filha, por ele coroadada com a coroa de prata de uma imagem da Virgem, teve a mesma sorte do falso

Porto (1): «os reus são condemnados á proporção dos seus delictos, chegando muitos, pela sua atrocidade, a padecer pena ultima. Para a sua execução, há huma Forca, hum pelourinho, e Algozes».

Quando escritores, como Camilo Castelo Branco, pretendem uma paisagem, que represente o lugar e dê cenário aos factos de história, descritos em romance, novela ou conto, renovam, em face dos documentos e da tradição, o contraste da forca e do pelourinho. E' o que fez no *Regicida*: — «A forca da Ribeira [em Lisboa] hasteava-se a distancia de duzentos passos. Do Pelourinho ao patibulo o suppliciado [era Domingos Leite, o «regicida», culpado de autor de atentado na pessoa de D. João IV] revelou enormes dores...» (2).

Pelos factos e pelas referências, ficam paralelamente collocados estes dois termos: *picota* e *pelourinho*. Nos dois casos aqui postos, o de Val de Prados com «Forca, Picota e Tronco», e o do Porto com «Forca, Pelourinho e Algozes», nota-se logo a correspondência de «Picota» e «Pelourinho».

Pois tem havido tamanhas desinteligências em reconhecer este paralelismo, que mais parece estimar-se a fantasia do que abrir os olhos para a simplicidade das coisas reveladas.

Já Viterbo no *Elucidário*, para provar a diferença entre «Picota» e «Pelourinho» disse, em resumo: que

rei: mão decepada no pelourinho, e nele deixada; enforcado, esquarterado, cabeça abandonada na forca. Outros, julgados menos culposos, foram logo à forca, esquarterados depois. Cfr. P. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimoso*, pág. 732-734. Ainda outros foram enforcados mesmo na Ericeira. Muitos soffreram a pena das galés.

(1) Agostinho Rebelo da Costa, *Descripção T. e Histor. da Cid. do Porto*, 1788, pág. 183.

(2) Antes deste passo, na mesma página, tinha o romancista dito já: — «Chegado ao Pelourinho, mandaram-no erguer, conduziram-no pela corda a um patamar de taboado, no centro do qual estava um cepo de madeira escura pintalgado ainda de sangue dos conjurados de 1641 e de Francisco de Lucena». *O Regicida*, Lisboa, 1905 (4.ª ed.), pág. 187. Depois de enforcado, «logo dois ajudantes do executor o esquarteraram [o cadáver] em quatro partes que encravaram com cavilhas de ferro em uns altos postes arvorados em quatro pontos da cidade, os quaes ahi estiveram expostos até que a podridão aconselhou o queimal-os, e arrojál-os ao Tejo». (Id.)

havia *forca e pelourinho*, e, onde havia os dois instrumentos penais, era na forca o patíbulo das execuções; que, onde não havia forca, havia *picota* com ferros, cadeias e argolas, onde se executavam os criminosos, o que se não dava no pelourinho que era coluna sem ferragens (1).

Ora bem; não conhecemos *picota* a que se ligasse até nós a nomenclatura designada; chegaram, e são portanto do tempo de Viterbo, os pelourinhos, a que ninguém chamava já *picota*. Qual é o pelourinho existente, que não tenha ferros ou, pelo menos sinais de ferragens? Ou existam os ferros e ganchos de suspensão, ou as argolas e cintas fixadas no fuste, ou ainda os vestígios de grampos e chumbagens, tudo nos mostra a existência de ferros, cadeias e argolas, nos pelourinhos. Se assim é, e os factos o provam, como pode dizer-se que os pelourinhos eram diferenciados das *picotas*?

Ainda o mesmo autor serviu a Albino de Andrade para este afirmar que, antes de D. Manuel, havia jurisdição criminal nos municípios: os pelourinhos tinham gaiola, para meter e expor à irrisão e execração dos vizinhos a pessoa dos criminosos do concelho; tinham também cadeias, ganchos e argolas para os prender. Eram as *picotas*. De facto, nos desenhos de Duarte Darmas, no *Livro das Fortalezas do Reino* (2), sobressaem do casario das vilas de Sabugal, Castelo Mendo, Mogadouro e Pena Roia, as gaiolas ou guaritas dos pelourinhos, no alto das colunas, que as sustentavam. Não se lhes divisa qualquer sinal de ferragens, que todavia deviam ter (3). Diz ainda A. de Andrade que,

(1) Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario*... s. v. «Picota».

(2) Podem ver-se na reedição do *Livro das Fortalezas*, dirigida pelo General João de Almeida, Lisboa, 1943.

(3) Em tempos, publiquei no jornal de Lisboa *Ação* uma nota sobre pelourinhos, e, entre algumas ilustrações, havia uma do pelourinho de Mogadouro; figurava completo, com a coluna torsa; houve quem perguntasse onde obtive a reprodução, porque apenas era conhecida, pelo *Livro das Fortalezas*, a parte superior; aqui dou a informação de que o desenho provém da colecção de desenhos e gravuras do espólio de Silva Leal, o homem que mais se interessou em Portugal por estes monumentos. Ignoro, pois, como foi feita a reintegração. Já o publicara em *Os Pelourinhos*, Lisboa, 1939, pág. 73.

depois de D. Manuel, as picotas ficaram com os seus ferros inúteis; sucedeu-lhes o pelourinho, desprovido então de quanto fosse aplicado à execução da pena capital (1). Nada prova que as execuções capitais se executassem nas picotas e pelourinhos; nada o prova. E que os ferros continuaram nos pelourinhos, mostram-no os que estão de pé.

Até, voltando nós ao *Livro das Fortalezas*, encontramos, sem o querer, uma prova: no desenho do castelo de Castelo de Mendo representou Duarte Darmas o pelourinho na vila e a força fora dela. Se o pelourinho, aqui ainda cronologicamente picota, bastasse para as execuções, não seria precisa a força: ou havia incompreensível duplicação.

Por alterada que tivesse sido a jurisdição municipal, para centralizar a soberania jurisdicional do Rei, nem por isso o pelourinho deixou de usar-se para exposição, flagelação e penas menores.

Do pelourinho do Porto, que deu motivo às considerações de Albino de Andrade, informa este autor: «alteia-se bello e sob formas architectonicas sem nenhum dos instrumentos da picota e foi construido depois do fural de D. Manuel» (2).

Desconheço, senão pelas reproduções, o pelourinho portuense. Era manuelino, está bem, vê-se; mas, compare-se com tantos outros pelourinhos, manuelinos como ele, e ver-se-ão os ferros ou os seus vestígios evidentes.

As expressões «poer na picota», «seja empicotado», e correspondentemente «ponheremno no pelourinho» e semelhantes ou equivalentes, em parte alguma, em nenhum dos textos dos Costumes e Posturas ou regimentos dos almotacés, querem dizer que sejam aí postos por serem condenados à morte e executados aqueles a quem a pena de exposição é imposta. O falar-se paralelamente, embora não sincronicamente, para penas da mesma espécie criminal, de picotas e empicotar, pelourinho e pôr no pelourinho, denota já

(1) Cfr. *O Tripeiro*, vol. I, Porto, 1908, pág. 163 e seg.

(2) *O Tripeiro*, id.

por si a equivalência criminal e os instrumentos da execução.

Repare-se que Bluteau define assim «Picota: — «Pelourinho com suas cadêas, e argolas, onde os criminosos erão expostos á vergonha. Era Picota sinal de jurisdicção. As paateiras, e candieiras, carniceiras, regateiras, etc., que defraudavam o peso pela terceira vez, que forem culpadas nos seus officios, devem ser postas na Picota» (1). Quando Joaquim José Caetano Pereira de Sousa define a «Picota», diz: — «pelourinho com suas cadêas, e argolas, onde os criminosos eram expostos á vergonha». Quer dizer que aceitou, no *Esboço de um Diccionario Juridico*, a definição de Bluteau (2). Mais concludente e decisivo foi Alexandre Herculano, ao dizer que picota era o «nome mais vulgar de pelourinho» (3).

Já Pinho Leal faz diferenças: ou há ganchos de ferro e argola no topo da coluna, para estrangulação dos condenados a pena última, o que torna inútil a força, e, então, é picota; ou não há ganchos, e a coluna é apenas o emblema de jurisdicção, e não dispensa a força. Para ele a «picota» é provida de quatro ganchos, e o pelourinho não tem nenhum; ora isto, muito simplesmente, não é assim (4).

Do cotejo dos documentos, e da tradição, é que pode afirmar-se que o termo antigo, usado na Idade Média, era «Picota»; no séc. XV ainda se usava, como se vê aqui do documento da Vila de Val de Prados, citado por Bluteau. No séc. XVI, e porventura já no final do anterior, ter-se-ia começado a usar de preferência o de «Pelourinho». Corresponderia esta subs-

(1) Bluteau, *Vocabulario Portuguez*, s. v. «Pelourinho».

(2) J. J. C. Pereira de Sousa, *Esboço de um Diccionario Juridico*, Lisboa, vol. I (1825). II e III (1827), s. v. «Picota».

(3) *Historia de Portugal*, vol. IV, pág. 240. Em *O Panorama*: «a pena de expor o criminoso á vergonha, atado a uma argola na picota ou pelourinho, era só applicada nos casos menos graves». 1838, pág. 93. Também Teófilo Braga falou na «representação das garantias locais pelo pelourinho ou picota» (*O Povo Portuguez*, Vol., I, pág. 258).

(4) Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Pelourinho», pág. 551-552.

tuição à reforma de D. Manuel? E' possível, e talvez propositadamente.

E, pode sugerir a pergunta: de onde vem este chamamento de picota ao aparelho da justiça viloa? Ainda hoje o povo dá o nome de picota à armação de madeira para tirar água dos poços; tanto pode dizer-se que o nome foi comum a postes, articulados ou não como estes das regas, e os aparelhos de uso náutico dos barcos antigos, sempre de madeira, como a estes proviesse sugestivamente do poste de justiça, erguido no seu lugar próprio. Ainda picota, picoto e afins são designações vulgares de objectos, relevos geográficos ⁽¹⁾, etc., de forma alçada, esguia, pronunciadamente alongada, e mais ou menos ponteaguda.

Não pretendo aqui discutir se a coluna Ménia deu ou não origem ao pelourinho. Sabe-se que na parte do *comitium* de Roma, no lugar mais próximo da prisão, estava de pé a coluna *Maenia*, erguida em honra de Caio Maenio, vencedor dos antigos latinos; perto da coluna tinham o seu tribunal os *triumviri capitales*, e aí se executavam os réus ⁽²⁾. Mas a coluna honorária nada tinha com o facto. Havia mais colunas no *Forum* de Roma: a de Diulio, junto da tribuna, a de Trajano, a de Cláudio, mais tarde a de Phocas; só a de Ménio havia de influir no futuro. Não basta para explicar o uso do poste judiciário, ao qual era amarrado o condenado a exposição simples, ou a esta e à flagelação.

Tão pouco basta a explicação de que o pelourinho não era mais do que uma coluna da força, e fora dela; isto é, como a força estava construída sobre colunas

⁽¹⁾ Na toponímia portuguesa há: *Pico* (Açores e Madeira), *Pico da Pera* (S. Miguel) e *Pico Vermelho* (Graciosa), *Pico de Regalados* (Vila Verde), *Picos* (conc. de Braga), *Picota* (conc. de Arouca, Barcelos, Condeixa, Marco de Canaveses), *Picotas* (conc. de Castelo de Paiva), *Picote* (conc. de Miranda do Douro), *Picoto* (conc. de Amares, Arouca, Aveiro, Barcelos, Batalha, Braga, Estarreja, Leiria, Lousada, Maia, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Santo Tirso, Vieira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, etc.), *Picotos* (conc. de Arcos de Valdevez e Bouças). Qualquer que seja a origem dos nomes, aí figura nestes a raiz de *pico* e *picota*.

⁽²⁾ Henry Thédénat, *Le Forum Romain*, Paris, 1904, pág. 69.

ou pilares, deu sugestão à forma do pelourinho, que seria uma coluna ou pilar; na Alemanha, porque o autor da explicação é alemão, poderá ter sido assim, pelo menos parcialmente, se atendermos ao aspecto arquitectónico; decerto não o será na origem (1).

A origem há-de vir de mais longe, independentemente de expressões artísticas e construtivas ou decorativas, que lhe serão posteriormente agregadas. Mais influíram, e creio que fundamentalmente os postes de madeira e colunas a que, por exemplo, no pretório eram amarrados os condenados a flagelação.

A coluna *Maenia* pode, a meu ver, considerar-se o casual encontro da sua posição, junto do tribunal, com a tradição dos anteriores postes-balizas, simbólicos, mágicos, sinais de domínio, etc. De poste pessoal ou colectivo de clan, tribo, agrupamento mágico-religioso, transformou-se, com o alargamento da vida social e política, em poste de povoação, cidade, povoado com direitos próprios e autonomia. De símbolo ou poste senhorial de domínio e jurisdição, exercidos pessoal e individualmente ou em nome de colectividade familiar ou religiosa, passou a símbolo de poderes similares, pertencentes a um cantão geo-

(1) A' explicação de Herbert Meyer se refere, sem todavia lhe reconhecer motivos de conformação, o Prof. Karl Frölich, em *Die Schaffung eines «Atlas der rechtlichen Volkskunde für das deutschsprachige Kulturgebiet»*, Giessen, 1937, pág. 105. e *Stätten mittelalterlicher Rechtspflege auf südwestdeutschem Boden, besonders in Hessen und den Nachbargebieten*, 1938, pág. 39. Tanto a primeira como a segunda destas obras está ricamente ilustrada com a reprodução de pelourinhos (*Pranger*), marcos de mercados, como disséssemos pelourinhos para uso e baliza de mercados (*Marktsaule*), alguns com a forma de cruzeiro, por serem encimados pela cruz (*Marktkreuz*) e forcas (*Galgen*), que nos dariam azo a boas considerações. E' de notar, também, Prof. Richard Horna, *Planyre na Slovensku*, Praga, 1937.

Em Valhadolide serviu de poste de execução um antigo pilar, próximo da catedral, e antes da sua construção, na Praça de Santa Maria; conservou-se aí até 1841; expunham-se nele à vergonha as mulheres. Quadrado, *Monografía de la Provincia de Valladolid*, em *Recuerdos y Bellezas de España*. Houve necessidade de um poste de execução para os castigos em cada povoação. Uma árvore (*arbor infelix*), algum pilar, o *rollo* ou a *picota*, ou estes dois coexistentes (Oviedo), ou confundidos (Castela). Bernardo Quirós, *La Picota*, Madride, 1907, pág. 54-57.

gráfico ou população privilegiada, que os exercia por meio de delegados seus. Ainda a unificação, por confusão de exercício e de símbolo, talvez mesmo por justaposição, da coluna pública e do poste pretorial, produziram o que foi o pelourinho, simultaneamente instrumento de execuções menores e emblema local.

A comparação com o que nas primitivas populações ainda existentes nos confins da Ásia, da África e da América, nos podem revelar, neste campo, os postes, colunas, tronços de árvores, levantados junto de casas e de lugares sagrados, não deixará de ser luz no caminho da compreensão do seu uso (1).

Até, para os factos mais se aproximarem, devemos chamar a atenção para o emprego ou aplicação de desenhos, sinais, relevos, esculturas, simbolismo religioso, profano e criminal, nos pelourinhos, como aparecem nos postes e madeiros, tão ricos de invocações, de civilizações primitivas de nossos dias.

O arreigamento local ao pelourinho, depois de extintas as suas atribuições e durante a vigência, mostra que os povos se habituaram a considerá-lo como coisa sua, emblemática, representativa e possivelmente mágica, bem ligada ao passado e às necessidades morais da população. São numerosos os exemplos de povoações que se hostilizam pela sua hegemonia, e cada uma pensa destruir o símbolo local, o pelourinho da outra, o que por vezes consegue. De outras, que, transferidas, levam consigo o símbolo das suas regalias. Na metrópole, no Brasil, em Cabo Verde, bastantes foram os episódios demonstrativos (2).

(1) Para simples observação, que não pode deixar de prender as atenções, bastará compulsar o rico material gráfico da obra *Las Raças Humanas. Su Vida. Sus costumbres. Su Historia. Su Arte*, dirigida pelo prof. Bosch Gimpera, 2 vol., Barcelona.

(2) No Brasil, dois exemplos: — a Vila de Santo André da Borda do Campo, ou simplesmente St.º André do Campo, no Campo de Piratininga, foi fundada por João Ramalho, por ordem de Tomé de Sousa, que erigiu o pelourinho municipal (8 de Abril de 1553). Fr. Gaspar da Madre de Deus, *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo*, 3.ª ed., S. Paulo, 1920, pág. 26. Vide *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1924, vol. III, pág. 365. No mesmo campo, em melhor lugar e situação mais propícia à defesa, fundou a

Em povoações actuais, com pelourinho seu, esforça-se, quanto pode, a gente da terra por obter a restauração do seu monumento, quando o tempo, desgastante, a tempestade imprevisita, ou o desatino de alguém da terra ou de fora, o destroem, derrubam ou sequer molestam (1).

*

2 — A forma dos pelourinhos deriva das primitivas picotas ou pelourinhos medievais. E' nas formas mais arcaicas que está o modelo fundamental.

Tomemos a coluna simples como ponto de partida. Na Idade-Média, atendendo nós aos monumentos mais

Companhia de Jesus o seu colégio de S. Paulo. Mem de Sá, quando Governador Geral, mandou transferir o pelourinho de St.º André para junto do colégio dos padres jesuitas, o que se deu em 1560. A vida municipal foi com ele, e também João Ramalho, capitão e alcaide mor de St.º André passou a exercer as suas funções, ou continuou as em S. Paulo. — Quando, por Carta Régia de 19 de Novembro de 1709, o Recife teve categoria de vila, os habitantes erigiram o pelourinho. Os Pernambucanos irritados invadiram a nova vila, em 9 de Novembro do ano seguinte; foram-se ao pelourinho dela, «insignia da vila», e deitaram-no abaixo; as funções municipais ficaram suspensas até 18 de Novembro de 1711 e foi então levantado de novo o pelourinho.

Vid. Ferrer, *Guerra dos Mascates (Olinda e Recife)*, 2.ª ed., Lisboa, 1915, pág. 37. Fernandes Gama, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, vol. IV, pág. 172-173. Cfr. rev. port. *Ethnos*, Lisboa, 1935, pág. 106 a 109. Mario Mello, em *Diario de Pernambuco*, n.º 248, de 6 de Novembro de 1932. Em Cabo Verde, quando a capital foi transferida da Praia Grande para S. Vicente, foi abandonado na praia, junto da qual se erguia, o pelourinho da vila decaída. Na povoação, que a substituiu, ergueram novo pelourinho.

Na metrópole: a sede do concelho de Ansiães passou para a povoação de Carrazeda do seu termo, em 1734. O Juiz-de-fora mandou arrasar o pelourinho de Ansiães, para destruir a tradição e o prestígio da antiga vila, cabeça de concelho.

(1) Em Gouvães do Douro, em 1874, uma trovoadra prejudicou o pelourinho, sinal da antiga importância histórica. Pois, foram os habitantes, que, sem estímulo alheio ou ordem estranha, trataram de consentar o seu monumento. Conta-o José Maria de Moraes da Mesquita, nas *Memorias Etimologicas e Historicas do Concelho de Anciães*, 1857, pág. 66 ess. Referem-se ao caso: Silva Leal, na *Illustração Trasmontana*, vol. III, pág. 111 (Porto, 1910). Abade de Baçal, *Memorias Arqueologico-Historicas do Distrito de Bragança*, Poito, 1934, vol. IX, pág. 519.

antigos, deve ter havido duas espécies de modelos de picota: — o de coluna singela, mais ou menos aparelhada, — e o de poste sobrepujado pela gaiola ou guarita.

O primeiro teria sido indígena, quer o consideremos, como alguns autores, proveniente de sugestão romana e da sua colonização na Península (1), quer reconheçamos nele, afinal, a forma de afirmação senhorial ou de domínio nos acantonamentos peninsulares. Note-se que em muitíssimos casos de civilização e cultura da época lusitano-romana, os usos, os costumes, as instituições locais, as artes, os transportes, os trajes, as armas, que os Romanos encontraram e com eles se depuraram e aperfeiçoaram, frequentemente os adaptando eles próprios ao seu serviço, eram indígenas ou há muito adoptados pelos indígenas.

Quem nos diz que os menires, ou pelo menos alguns menires, e pedras similares, erguidos verticalmente e fixados no solo, não teriam tido influência nas balizas e sinais coluniformes de domínio territorial?

O segundo modelo, o da gaiola, foi decerto importado mais tarde e juntamente com outras influências de ordem política, social e artística, da França, cujo modelo principal era o *pilori* (2) de guarita para exposição. Os desenhos, já mencionados, de Duarte Darnas no *Livro das Fortalezas*, nos poucos casos em que representa pelourinhos, mostram-nos a todos com esta forma. Resta saber se, neles e nos outros do mesmo tipo, a *gaiola* era apenas representativa, como em tantos pelourinhos mais modernos, todos porém da zona fronteiriça de Trás-os-Montes e da Beira e sob a influência dela, como na região do baixo Tua, ou se, realmente, as suas dimensões permitiam a instalação do criminoso, exposto nela às vaias públicas. A coluna

(1) Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, 3.ª ed., vol. IV, pág. 11; Visconde de Juromenha, em *Les Arts en Portugal*, do Conde de Raczynski; Teófilo Braga, *O Povo Portuguez*; Henrique Nogueira, *O Municipio no Seculo XIX*, pág. 24; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Pelourinhos»; etc.

(2) A. Chéruel, *Dictionnaire Historique des Institutions, Moeurs et Coutumes de la France*, 2.ª Parte, 8.ª ed., Paris, 1910, s. v. «Pilori», pág. 979.

simples encontrar-se-ia, na sua evolução, com o suporte, igualmente simples, das picotas de gaiola (4). Quer dizer que a forma de coluna, feita de pedra tosca ou de cantaria bem aparelhada, de fuste cilíndrico, foi a mais antiga e mais comum. Posteriormente, se os recursos da povoação, quando erguida a categoria de vila ou concelho, eram parcos (2), ou a índole artística dos vizinhos pouco elevada, o seu pelourinho era apenas a pedra cravada no chão. Há tantos destes exemplos entre os que chegaram até hoje!

Afeiçoada a coluna, baliza de concelho, ou sinal de poderes municipais (3), ao modelo de frade de caminho e de propriedade, não menos sinal de divisória e de senhorio nas terras que marcava, teremos porventura mais um indício da origem comum de uns e outros. Assim seria claramente para a coluna arredondada no alto, em forma de semi-esfera, de calote ou de cone truncado por boleamento do vértice. Noutros casos, como se dá em outro tipo de frades, que deve ser o mais antigo, dado que seja certa a interpretação fálica do seu sentido e feição (4), a coluna tem perifericamente um sulco ou um ressalto, que distingue o fuste do remate redondo, mais ou menos alongado.

Já as formas prismáticas do fuste não podiam rematar da mesma forma. Poucos parecem ter sido,

(1) Cfr. meus esquemas de classificação, em *Os Pelourinhos Portugueses* (Gaia, 1930), pág. 62-64, e *Os Pelourinhos* (Lisboa, 1939), pág. LXVI (Prefácio).

(2) Formas simples: marcos, miliários, esteios. E provisoriamente mesmo de madeira: Gaspar Fructuoso conta que era de madeira a primeira picota mandada fazer por D. Manuel no Funchal, em 1486: *Saudades da Terra*, Funchal, 1873, vol. I, pág. 485, notas.

(3) «Padrões ou symbolos de liberdade municipal» (Alexandre Herculano, *História de Portugal*, IV, 239); «Os pelourinhos... symbolizavam a jurisdição municipal» (Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, Lisboa, 3.ª ed., 1899, X, 624); «Brasão do seu povo», diz do de Paçõ, de Vinhais, o Abade de Baçal (*Memorias... do Distrito de Bragança*, Porto, 1934, vol. IX, 531) e «monumento nobilitante da terra», fala do de Vilarinho da Castanheira o mesmo autor (Id., 539). Etc.

(4) Frades: marcas, balizas, sinais, limites, na origem sob a protecção de Priapo e a ele dedicados. Formas evocativas. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, vol. III, Lisboa, 1913, pág. 596.

porém, os exemplares deste modelo nos primitivos tempos.

Por outro lado, os pelourinhos de gaiola, fossem ou não decorativas estas guaritas nos exemplares mais antigos, o certo é que a sua evolução sofreu duas fases importantes:— na primeira, a gaiola encimava o fuste, que lhe servia de suporte, e não tinha grandeza suficiente para enclausurar um homem, por vezes nem sequer uma criança;— na segunda, a gaiola, de quadrada que era, passou a ser também hexagonal e oitavada, até por fim tomar a forma cilíndrica. Desta derivam posteriormente as chamadas gaiolas de roca, esféricas, mais ou menos abertas, como as de Vila Viçosa, ou fechadas como as de Veiros de Alentejo e Campo Maior, de épocas diferentes, e as de cone aberto, feito de arcos, como o de Arcos de Valdevez.

No meu ensaio *Pelourinhos Portugueses* tentei formular um esquema de classificação dos pelourinhos, partindo da gaiola e do seu sucessivo desmembramento (1). Como a gaiola tinha tejadilho piramidal (2), e depois, entre nós, cónica, rematavam a picota por uma pirâmide ou cone, com catavento de bandeirola e cruz. A sugestão da forma esguia do remate da gaiola foi transmitida ao remate da coluna, quando simples. E o pelourinho tomou a forma de coluna rematada por um cone (3); quando era prismático o fuste, era piramidal o remate.

A gaiola deu ainda outra feição aos pelourinhos, que derivam do seu modelo. Referi-me aos de gaiola aberta; aludamos agora aos de «gaiola» fechada. Em cima do esteio segurava-se a gaiola; era aberta, como se desejava, para o uso de nela expor os réus. Tanto o uso caiu, ou não chegou a ser adoptado, se as nos-

(1) *Pelourinhos Portugueses*, já cit., pág. 62-64.

(2) Entre os pelourinhos alemães, que tanto funcionavam em colunas de edificios, pilastras, esquinas e até paredes, houve-os de colunas isoladas, e de guarita; um deste género, reproduzido na fig. 84, é de Offenbach a. Glan no livro do Prof. Karl Frölich, *Statten...* Na Eslováquia havia as gaiolas de desonra (Schan-kafig, Narrenkoterl, Ketterhauschen): Richard Horna, *Planyre na Slovensku*, Praga, 1937.

(3) É o modelo dos «pelourinhos de pinha» em oposição aos «de gaiola» e seus derivados «de roca».

sas gaiolas eram, como creio, apenas decorativas ou representativas, que a gaiola desapareceu em muitos lugares ou zonas, mesmo naquelas em que perdurava o modelo de gaiola aberta. Em vez da guarita appareceu o bloco prismático, mais vulgarmente quadrangular, alto ou cúbico, e achatado, cuja proveniência formativa logo nos ocorre. De tal feição, já de si derivada, provêm formas afins.

A decoração das picotas mais antigas, ou de madeira que fossem, ou já de pedra, seria nula ou primitiva. Se atendermos a que, em formas já desenvolvidas e de pedra, que de outro material nos não chegaram cá, a estes nossos tempos, nem dele temos notícias, que de origem não interessava a ninguém fixar, nos apparecem desenhos gravados, alusões simbólicas em relevo, decorações espontâneas e de carácter local, poderemos talvez aceitar que nos anteriores pelourinhos houvesse já decorações de tipo popular, local ou regional.

Vamos encontrar na picota, de influências românicas, de Bragança, decoração rude mas expressiva, tanto no remate como nos braços dos quatro modilhões cruzados, que dão o tipo de pelourinhos a que chamei «bragançano» (1). O que se dá neste de Bragança, estende-se aos outros do mesmo tipo. São curiosos e de rica simbólica os desenhos e a decoração em relevo dos de Mirandela (em fragmentos), de Chacim e de Frechas (inteiros), já com influências góticas. O Abade de Baçal, nas *Memórias Archeológico-Históricas do Distrito de Bragança* (2), e eu em *Pelourinhos Portuguezes* e em *Os Pelourinhos*, referimo-nos a estes exemplares — uns decorados, outros não decorados, — uns cilíndricos, outros prismáticos — partindo, a meu ver, do de Bragança, que é, pelo menos, o mais antigo de todos, e atingindo os de Freixo, ao Norte do Douro, e de Fozcoa, ao Sul. Estes últimos, com a riqueza

(1) «Tipo Bragançano»: meus *Pelour. Portuguezes*, pág. 64, e *Os Pelour.*, pág. 4-5; Bragança, Chacim, Frechas, Mirandela, Mogadouro, Outeiro, Torre de D. Chama, Vale de Prados e Vinhais; Abade de Baçal, *Memorias Archeologico-Historicas*, vol. IX: mais os de Azinhoso, Lamas de Orelhão, São Ceriz (mutilado), Vilar Seco de Lomba, e Vimioso (pág. 519 e ss.).

(2) Abade de Baçal, *Memorias...* vol. IX, págs. 514 a 539.

decorativa, perderam os braços, representados pelos modilhões ou cachorros; a passagem ter-se-á operado, em transição sucessiva, pelos de Outeiro, Frechas e Chacim, perdidos os modilhões destes, e ficando a pedra superior, prismática. O de Mogadouro, pertencente ao tipo, em vez desta pedra tem uma pirâmide quadrangular de faces decoradas por dois renques ascendentes de besantes.

Em todos os pelourinhos de estilo se revela a moda arquitectónica dominante. Há-os românicos: o de Bragança; há-os góticos, que são muitos, e manuelinos; há-os clássicos e barrocos, do século XVI, XVII (Alpedrinha, Lousada, Esgueira), XVIII (Oeiras, Manique, Lisboa); houve-os aproveitados de marcos miliários (Bertiandos), e de colunas romanas (Setúbal: trazida, ao que parece, das escavações da estação romana de Tróia).

O de Vila Nova de Mil Fontes, a que se conhece unicamente o fuste, é dos mais preciosos para conhecimento do pelourinho primitivo: um monólito cilíndrico, atarracado, grosso, com um ferro chumbado, que tem o feitiço arqueado de pegadeira ou argola de arcaz, forte e semi-elíptica. Dir-se-ia um marco. O de Couto de Esteves é cilíndrico, ou, melhor, ligeiramente cónico; em cima tem uma gola, que liga o fuste com o remate esferoidal, posto ao alto, e de diâmetro transverso superior ao da coluna. O de Ovelha do Marão reduz-se à coluna tosca, onde um sulco esboça o capitel, com larga laje quadrada sobreposta, e remate piramidal, pousado nela. O de Vila Franca de Lampaças é de coluna esquinada, enfiada em mó de moinho e rematada por grossa e baixa pirâmide, de base muito maior do que o assento da coluna, e, por isso, muito saliente dela. O de Soajo é de rude e irregular esteio de granito, rematado por lage triangular; sob este chapéu, gravada no esteio, apresenta uma cara de desenho infantil (1). O de Monte Real aparelha no alto a coluna,

(1) Félix Alves Pereira comentou assim o pelourinho de Soajo: «monumento antropomorfo, que certamente corresponde a uma concepção muito concreta e primitiva da autonomia municipal e, por isso mesmo, muito interessante etnograficamente»: *Notícia sumaria acerca de Soajo* (Estudos do Alto Minho. XVI), Lisboa, 1914, pág. 26.

para ter o remate cónico. O de Pederneira é um marco, diante da velha casa da câmara (1). O de Penela, com as ferragens grossas, baixo, forte, chanfrado, de remate cónico, tem a gravidade serena de boa sugestão medieval, diante das muralhas do castelo. A série destes pelourinhos sem referência artística é numerosa (2).

Significa isto que, a par dos modelos de gaiola e seus derivados, e apesar de se formarem tipos regionais como o bragançano, muitos pelourinhos seguiram a primitiva e espontânea aproveitação de factores locais, quer de matéria, quer de concepção.

Se pusermos à parte os numerosos pelourinhos, que se compõem de fuste cilíndrico e remate cónico, e contarmos com eles, teremos bem caracterizadas três classe de monumentos desta espécie, generalizados no país.

A. — a coluna rude, mal afeiçoada, e sem remate ou de topo boleado, arredondado, ou alteado em forma de pirâmide, corpo esférico e elipsoidal: modelo mais corrente das picotas.

B. — a coluna encimada pela gaiola (pelourinhos de gaiola).

C. — a coluna cilíndrica, lisa ou decorada, simples, torsa, composta ou mista, com remate cónico, e singularmente a coluna prismática, de remate piramidal.

Adicionando-lhes o tipo bragançano, dar-se-á evidência a modelo, que, se não se generalizou, nem por isso deixou de se estender em larga área, e com variantes como os outros modelos. Os pelourinhos de gaiola, repito, ocuparam principalmente a zona fronteira da Beira e a faixa interior, a descer o Mondego, com influência na parte central da orla duriense de Trás-os-Montes: Gouvães do Douro e Provesende, no concelho de Saprosa, e S. Mamede de Riba Tua, no de Alijó.

(1) *O Archeologo Portuguez*, vol. XXV. Lisboa, 1921 e 1922, p. 202.

(2) Manuel Monteiro, ao aludir a estes pelourinhos sem crónica de arte nem forma artística, dizia-os «sem chancellia heráldica»: *Serões*, 2.ª Série, vol. IV, pág. 192.

O modelo bragançano estendeu-se do Norte para o Sul, e desviou ou substituiu o de gaiola.

Um mapa expedito mostraria a distribuição dos dois tipos. Se lhe acrescentássemos as variantes e derivantes da gaiola, e indicássemos a distribuição do modelo de coluna e remate cónico (C.—no esquema apontado), ficaria esboçada, embora incompletamente designadas todas as localidades, a sua distribuição.

3— O pelourinho colocado na Praça, que foi a «Praça do Pelourinho», ou no Largo principal (ou simplesmente o «Principal», como em Chaves, Bragança, etc.) e era correntemente o «Largo do Pelourinho», deu assim origem a formas toponímicas dentro das povoações.

Revela-se nas cantigas esta importância da serventia pública e sua colocação. Jaime Lopes Dias, em *Pelourinhos e Forcas do Distrito de Castelo Branco* (1), pôde reunir algumas quadras topográficas da sua zona. O padrão é o seguinte:

— Adeus, ó vila de Oleiros,
 Duas coisas te dão graça:
 É o relógio na torre
 E o pelourinho na Praça.

Seguem-no integralmente as vilas de Sertã, Proença-a-Nova e Rosmanihal. O último apenas com esta diferença — «E o pelourinho da Praça»... — forma a variante, se variante afinal se lhe pode chamar por tão pouco, de Idanha-a-Nova. Pequena igualmente é a diferença nas quadras correspondentes de Penha Garcia, Proença-a-Velha e Segura: reduz-se a ter assim o terceiro verso: — «É a torre do relógio»...

Como o pelourinho de Sobreira Formosa foi demolido, ficou lá a memória na toponímia urbana, e a cantiga, em vez de aludir ao pelourinho, como as outras, que ainda o têm, fala no chafariz, que, no lugar

(1) J. Lopes Dias, *Pelourinhos e Forcas*... Castelo Branco, 1935, pág. 80 e ss.

dele, o substituiu; por isso, o último verso ficou assim:
— «E o chafariz na Praça».

Na Bemposta canta-se uma quadra, afim do mencionado padrão; não nomeia a terra, e a torre é do Castelo; como outra na Idanha-a-Velha, não se falando em torre, cita a Rua do Castelo.

— *Ó aldeia, ó aldeia,
Duas coisas te dão graça:
E' a torre do relógio
E o pelourinho na Praça.*

Bemposta.

— *Ó aldeia, ó aldeia,
Duas coisas te dão graça:
E' a Rua do Castelo
E o pelourinho na Praça.*

Idanha-a-Velha.

Este padrão folclórico é mais geral. A referência ao pelourinho é uma das suas aplicações. O estilo toma sentido sério, com tendência lírica e de saudade, como nestes exemplos, ou contém ironia e quantas vezes sarcasmo duro.

Exemplos:

— *Adeus, ó vila de Fornos,
Pequenina, mete graça;
Tem um chafariz ao fundo,
Dá de beber a quem passa.*

— *Adeus, Aldeia da Serra,
Boa terra, melhor gente;
Dá de comer a quem passa,
Se tem dinheiro corrente.*

Estes «adeus» e «adeus, adeus» pertencem a tipo ainda mais geral do que o da simples alusão ou vocativo de monumentos e pelourinhos. As quadras seguintes mostram-no.

— *Adeus, vila de Amarante,
Cercada de lampeões,
Onde o meu amor passeia
Com sapatos à Camões.*

— *Adeus, ponte de Amarante,
Onde a água gargoleia:
Adeus, ó Meia-Laranja,
Onde o meu amor passeia.*

— *Adeus, adeus, ó Canelas,
Aonde se cora o linho:
Aonde está Santa Vitória,
Irmã de S. Vitorino.*

— *Adeus, ó Ponte de Lima,
Cercada de carvalheiros;
Viana, com ser maior,
Não tem senão pinheiros.*

— *Adeus, ó vila de Viana,
Cercadinha de olivais:
Adeus, ó Largo da Praça,
Sepultura de meus ais.*

Desaparecem os adeuses e ficam nas quadras as «graças» da terra cantada:

— *A vila de Santo Tirso,
De pequenina tem graça:
Tem o chafariz ao meio,
Dá de beber a quem passa.*

— *Milheiroz é boa terra,
Dá de beber a quem passa;
Tem a fonte no meio,
Dá de beber a quem passa (1).*

O mesmo acontece com as referências ao pelourinho.

— *Esta gente de Soajo
Dá de beber a quem passa;
Tem a fonte na estrada
E o pelourinho na Praça (2).*

(1) Cfr. *Brotéria*, vol. XX. Maio de 1935, págs. 346 a 349.

(2) Leite de Vasconcelos, *De Terra em Terra*, vol. I. (Lisboa, 1927), pág. 5.

— *Aveiro é boa terra,
Dá de comer a quem passa:
Tem a fonte na estrada
E o pelourinho na Praça.*

Também, em vez de dizer adeus à terra, onde está o pelourinho, invoca-se o próprio pelourinho, o que se dá, paralelamente ao primeiro tipo, nas mesmas terras da Beira Baixa (4).

— *Adeus, pelourinho da Praça,
Onde o sol peneira fitas:
Sempre fostes e hades ser
A rua das moças bonitas.*

— *Adeus, pelourinho da Praça,
Onde o sol peneira cravos:
Sempre fostes e hades ser
A rua dos namorados.*

— *Adeus, Pelourinho da Praça,
Onde o sol peneira flores:
Sempre fostes e hades ser.
A rua dos meus amores.*

E' numerosa, como seria de esperar, a série de cantares de amor, onde não falta o pelourinho. O lugar, as grades, os encontros, as noitadas e conversas ao pé do pelourinho, despertaram a veia poética de namorados e de sarcastas.

— *Pelourinho da Valeta,
Vai-te deitar a dormir;
Não sejas alcoviteiro
das criadas de servir.*

Arcos de Valdevez

(4) Penha Garcia: J. Lopes Dias, *Pelourinhos e Forcas...*; Penamacor: José Manuel Landeiro, em *Renascença*, n.º 240, de 15 de Março de 1941.

— *Pelourinho da Valeta,
Vai-te deitar a afogar;
Não sejas alcoviteiro
De quem lá vai passear.*

Id. (1)

— *O' pelourinho da Praça,
Hei de bradar contra ti,
Que meus olhos me roubaste
E te apartaste de mim.*

Alentejo (2)

— *O' pelourinho da Praça,
Travesseiro de quem ama:
Quantas vezes ao meu amor
Por lá fizestes a cama.*

Óvoa (Santa Combadão)

— *O poleirinho da Praça
E' encosto de quem ama:
Quanta vez o meu amor!
Lá terá feito a cama!*

Idanha-a-Nova

*O' pelourinho da Praça,
Abaixo vieras tu
Com beijinhos e abraços:
Não te quero mal nenhū.*

Salvaterra do Extremo

— *Deitei um limão correndo
Da Praça do Pelourinho:
Quanto mais o limão corre,
Mais te quero, amorzinho.*

Teixoso

(1) O pelourinho dos Arcos esteve muito tempo deslocado do seu lugar próprio; na Valeta, à beira do rio Vez, o deixaram, até ser levado para o sítio onde está, dentro da vila, junto da Matriz. Félix Alves Pereira, em *Lusa*, vol. I, pág. 36, §§ 39-40.

(2) Tomás Pires, *Cantos Populares Portugueses*, vol. I, pág. 382, n.º 2239.

— *A Rua Direita é minha,
A Praça o meu caminho:
Meu amor, vem-me falar
A's grades de pelourinho.* (1)

Pesqueira

— *Venho da Rua do Canto
A cantar ao Pelourinho:
Deus te dê alegres noites,
Linda flor do rosmaninho.* (2)

Numa quadra, talvez de Penamacor, que tem o seu pelourinho de pé, há referência a um ramo de ouro, que pertencia ao Menino, ao colo de indeterminada imagem de Nossa Senhora.

— *De quem é o raminho dourado
Que se achou no pelourinho?
E' de Nossa Senhora,
Que caiu ao seu Menino.* (3)

Seria difícil esgotar o assunto. Basta compreender que, sendo muitas as terras, que tiveram ou ainda têm o pelourinho, também muitas hão-de ser as cantigas e aforismos, ditos e frases feitas, com alusões ao lugar do monumento e ao monumento. Por exemplo: os «pilhos do Pelourinho», são na Idanha-a-Nova os que andam aos saltos e em diabruras no largo do pelourinho e nos degraus do monumento. Levar ao pelourinho, — expor no pelourinho, — amarrar ao pelourinho, e expressões similares, continuam a ser empregadas literariamente, para exprimir a condenação de pessoas e actos, que, à maneira penal de antano, precisam de exposição pública.

Alguns axiomas e adágios ficaram das penas de açoutes e enforcamento. Por exemplo:

— O açoute, boa mêsinha é.

(1) João Sarabando, *Folclore duriense — Cancioneiro de S. João da Pesqueira*, em *Renascença*, Lisboa, 1937, n.º de 1 de Junho, pág. 10.

(2) José Manuel Landeiro, em *Renascença*, já mencionada.

(3) Id.

- Não chegues à forca, que não te enforcarão.
- Não te achegues à forca, não te enforcarão (1).
- A forca não perde o seu.
- Deus aparta, mas não enforca.
- Começado e acabado, como camisa de enforcado.
- Em casa de enforcado não nomeies o baração.
- Em casa de enforcado não fales em corda.
- Não fales em corda, em casa de enforcado.
- Mau caminho leva o juiz, quando vai para a forca.
- Servir ao carrasco de poleiro (2).

Cara de carrasco, — ser duro ou fero como carrasco; — F. é um carrasco, etc.; camisa de enforcados, a camisa de onze varas; livrar o pai da forca; — F. está enforcado, ou F. vai enforcar-se (comprometer-se, meter-se em trabalhos, etc.); ir para a gaiola, engaiolar, estar ou ficar engaiolado (na prisão); etc.: são expressões correntes, sempre actuais, que ficaram de antigas formas penais. Algumas destas expressões reuniu-as e comentou-as o Dr. José Pinto de Aguiar, em «Reminiscências do Direito Penal Primitivo na Linguagem Popular», artigo publicado na *Revista da Ordem dos Advogados*, em 1945 (3).

Na toponímia de muitas terras, que tiveram forca, sobrevivem-lhe os nomes dos locais, fora das povoações, onde ela se ergueu: montes da forca, tapadas da forca, outeiros da forca, terreiros ou campos da forca, e designações afins.

Enquanto a forca é fora da povoação, o pelourinho é dentro dela; por isso a toponímia deste é urbana, e a da forca é rural (4).

LUÍS CHAVES

(Do Museu Etnológico).

(1) Gil Vicente: *Obras*, Lisboa, 1852, vol. I, pág. 343.

(2) António Delicado, *Adágios Portugueses*, nova edição, Lisboa, 1924, s. v. «Justiça»; etc.

(3) *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano V, Lisboa, 1945, N.º 1-2, págs. 174-196.

(4) Há uma povoação com o nome de *Pelourinho* na freguesia de Torrão, do concelho de Marco de Canaveses, e outra com o de *Pelourinhos*, na freguesia de Torrão, no concelho de Cinfães; qualquer que seja a origem dos topónimos, eles existem.